

O Golpe do Estado Novo (1937)

Dulce Chaves Pandolfi



⌵ dia 10 de novembro de 1937, através de um golpe, foi instalado o Estado Novo, um regime ditatorial que marcou profundamente a história do nosso país. Segundo o discurso de Getúlio Vargas e dos homens que o ajudaram a implantar o Estado Novo, o novo regime era o resultado natural de um processo que tivera o seu ponto de partida em 1930. Entretanto, longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 1930, o Estado Novo foi um dos resultados possíveis das lutas e dos enfrentamentos travados no período.

Na realidade, os anos que antecederam o Estado Novo foram marcados por disputas e agitações nos meios civis e militares. Essa situação tinha a ver com a diversidade das forças que haviam participado da Revolução de 1930. Ao lado dos liberais e dos “oligarcas dissidentes”, ali também estavam os rebeldes “tenentes”, um grupo de jovens oficiais do Exército que desde o início da década de 1920, tentavam, através das armas, derrubar o regime em vigor desde 1889.

Em 1930, logo após a instalação do Governo Provisório, começaram as divergências. Enquanto alguns exigiam a convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte, outros afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. Enquanto uns desejavam um regime forte e autoritário, outros propunham um modelo de Estado mais liberal. Posições mais centralizadoras se confrontavam com a defesa de maior autonomia estadual. Muitas também eram as disputas no interior das Forças Armadas, que emergiram da Revolução de 1930 enfraquecidas e divididas. Poucos militares de alta patente haviam atuado no movimento revolucionário e a participação dos “tenentes” no governo subvertia a hierarquia, provocando tensões permanentes entre a baixa e a alta oficialidade. Por isso, nos anos que antecederam o Estado Novo, as sublevações nos quartéis eram constantes.

Em julho de 1932, eclodiu uma revolução em São Paulo que contou com o apoio de muitos que haviam participado da Revolução de 1930. Os paulistas exigiam o fim do regime ditatorial e maior autonomia para São Paulo. Dois anos depois, em julho de 1934, foi promulgada uma nova Constituição e Vargas foi eleito indiretamente presidente da República. De acordo com as normas

constitucionais, o seu mandato teria a duração de quatro anos e não era permitida a reeleição. A Constituição de 1934 desagradou profundamente Vargas. O modelo de Estado ali proposto era mais liberal e menos centralizador do que ele desejava.

Com o estabelecimento do regime constitucional, a participação política da população aumentou e, em pouco tempo, o processo político radicalizou-se. Em março de 1935 foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização política de amplitude nacional que fazia oposição cerrada a Vargas. Muitos revolucionários de 1930, insatisfeitos com o go-

verno, aderiram à organização. Sob o comando dos “tenentes” e dos comunistas, a ANL rapidamente transformou-se num grande movimento de massas.

Em abril de 1935, o Congresso, a pedido de Vargas, aprovou uma Lei de Segurança Nacional, um instrumento importante para tentar deter o crescimento do movimento popular. A lei suprimia diversas franquias democráticas presentes na Constituição de 34; previa a censura aos meios de comunicação, o fechamento das entidades sindicais consideradas suspeitas e a prisão de um a dez anos para aqueles que estimulassem ou promo-

vessem manifestações de indisciplina nas Forças Armadas ou greves nos serviços públicos. Em novembro daquele ano, em nome da ANL, comunistas e “tenentes” deflagraram um movimento armado cujo objetivo era derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular. Restritas às cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, as rebeliões foram rapidamente debeladas.

A despeito do fracasso, a chamada Revolta Comunista serviu de forte pretexto para o fechamento do regime. A partir de então, o comunismo foi declarado o inimigo n. 1 do governo e uma forte repressão se abateu contra todos os considerados opositores do regime. Centenas de pessoas foram presas em todo o país. Muitos dos prisioneiros haviam sido elementos de destaque na Revolução de 1930. Um deles era Pedro Ernesto, o prefeito do Distrito Federal.

Sob o impacto dos levantes de 1935, o Congresso passou a aprovar medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. Três emendas constitucionais foram aprovadas em dezembro daquele ano. De acordo com a Emenda n. 1, sempre que ocorressem manifestações, em qualquer parte do território nacional, que subvertessem as instituições políticas e sociais considerava-se que o país vivia uma situação de “estado de guerra”. Pela Emenda n.2, Vargas ficava autorizado a cassar a patente e o posto do oficial da ativa, da reserva ou reformado dos militares que praticassem atos ou participassem de movimentos subversivos. De



Benedicto Valadares (à esq) Governador de Minas Gerais em 1937, conspira com Negrão de Lima. Ag.Nac.

acordo com a Emenda n. 3, o mesmo poderia ocorrer com funcionários civis, ativos ou inativos. Poucos meses depois foi criado um Tribunal de Segurança Militar, um tribunal especial para julgar os considerados inimigos do regime.

Entretanto, ao mesmo tempo que Vargas conseguia apoio do Congresso para reforçar seus poderes e adotar violentas medidas repressivas, ele não conseguia apoio necessário dos 2/3 dos congressistas para prorrogar seu mandato. Em meados de 1936, Vargas, através do ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, realizou uma sondagem junto aos governadores de Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, os mais fortes da Federação. À exceção de Benedito Valadares, governador de Minas, todos os demais se posicionaram contra a prorrogação do mandato. Diante da recusa, aqueles governadores, até então aliados de Vargas, passaram a ser tratados como inimigos. Para dar prosseguimento às suas manobras continuístas, Vargas buscou desarticulá-los e a ameaça de intervenção federal passou a ser constantemente acionada.

Foi também a partir de meados de 1936 que Vargas buscou redefinir suas alianças com os militares, sobretudo, com o general Góis Monteiro que defendia uma proposta de construção de um Exército forte, profissional e impermeável à política. Mas para obter essa impermeabilização era necessário eliminar a política do meio social. Ou seja, a consolidação do Exército passava, necessariamente, pela implantação de uma ordem autoritária, centralizadora, sem participação política. Segundo Góis Monteiro, a proposta reformista dos “tenentes” havia sido altamente prejudicial à consolidação da organização militar. Ao alimentar clivagens verticais, ela punha em cheque a hierar-

Reunião dos generais em 27 de setembro de 1937

Não se trata de política, mas exclusivamente de repressão ao comunismo. Ante a ameaça ostensiva dos elementos comunistas, precisa e publicamente caracterizados, o ministro da Guerra já fez tudo quanto estava a seu alcance. O crime de lesa-pátria praticado em novembro de 1935 está prestes a ser repetido, provavelmente com maior energia e mais segurança de êxito. Não é fantasia do governo; os documentos de origem comunista são copiosos e precisos; as atitudes dos elementos postos em liberdade são públicas e evidentes; as manifestações em praça pública são do conhecimento de todos; as declarações da imprensa, algumas sob assinatura, não deixam a menor dúvida. (...)

As nossas leis, como se acaba de ver, são ineficazes, inócuas. Só tem servido para por em liberdade aqueles que a polícia apanhou em flagrante delinquência. O menor defeito dos processos serve de argumento para inocentar os maiores culpados. (...)

Impõe-se, contra a ação nefasta iminente, a ação honesta e salvadora das instituições nacionais. É questão de iniciativa: quem perdê-la estará comprometido, pelo menos no primeiro instante. É preciso, portanto, agir e agir imediatamente.

Fala de Eurico Gaspar Dutra, transcrita em ata de reunião no Ministério da Guerra, em 27 de setembro de 1937. Apud Hélio Silva. *Ameaça vermelha: o plano Cohen*. Porto Alegre: L & PM, 1980. p. 25.



Pedro Aleixo, Presidente da Câmara na ocasião do golpe de 1937, professor de Direito Penal, integrante da bancada da UDN mineira. Arq. Nac.

quia militar e proporcionava um clima favorável às revoltas, como as que haviam ocorrido em novembro de 1935.

Havia ainda a posição “neutralista”, defendida por outro grupo de militares, entre eles o ministro da Guerra, João Gomes. Menos prejudicial do que a proposta tenentista, a “neutralista”, também não agradava nem a Góis nem a Vargas. Mesmo impedindo que se fizesse política dentro do Exército, a posição “neutralista” não impedia que o Exército sofresse influências desagregadoras da política, vindas de elementos externos à instituição. Em dezembro de 1936, João Gomes foi substituído no cargo pelo general Eurico Dutra, homem da confiança de Góis Monteiro. Daí em diante, diversas substituições ocorreram nos comandos das Regiões Militares e Dutra e Góis passaram a ser peças-chave nos acontecimentos que iriam desembocar na implantação do Estado Novo.

No início de 1937, num clima de muita repressão, a questão da sucessão presidencial ganhou destaque na cena política. As eleições estavam marcadas para janeiro de 1938 e, à revelia de Vargas, três candidatos foram lançados à presidência da República: o governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, que recebeu o apoio do governador gaúcho Flores da Cunha e de diversos agrupamentos estaduais oposicionistas; o paraibano José Américo de Almeida, representante das forças do Norte-Nordeste do país e do tenentismo; e, finalmente, Plínio Salgado, o chefe da Ação Integralista Brasileira, organização paramilitar criada em 1932, inspirada no fascismo italiano. Enquanto os três candidatos faziam suas campanhas, Vargas, silenciosamente, preparava uma nova Constituição.

Em junho de 1937, o Congresso rejeitou o pedido do governo de prorrogação do estado de guerra, em vigor desde abril do ano anterior. Num clima aparentemente de maior descontração, o governo concedeu anistia a alguns presos políticos. Mas, três meses depois, a Câmara dos Deputados aprovou o retorno ao estado de guerra e suspendeu as garantias constitucionais por 90 dias. Essa decisão fora provocada pela divulgação, no dia 30 de setembro, através da imprensa, de um documento, o “Plano Cohen”, relatando a preparação de uma nova insurreição comunista no Brasil. O plano, datilografado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do estado maior das milícias integralistas, era uma peça de ficção, mas serviu plenamente aos seus objetivos. Os setores oposicionistas, que eram minoria no Congresso Nacional, questionaram a sua veracidade e posicionaram-se contra o novo pedido de decretação do estado de guerra. Refutando as evidências de que realmente houvesse uma ameaça subversiva, associaram o novo pedido a uma tentativa do governo de impedir a realização das eleições presidenciais. Contudo, apesar das contestações, o pedido de estado de guerra foi aprovado pela maioria. Havia uma forte suspeita de que, caso a medida não fosse aprovada, o Exército fecharia o Congresso.

Em outubro, o deputado mineiro Negrão de Lima, seguindo as instruções de Vargas e do governador de Minas, Benedito Valadares, saiu em missão pelos estados do Norte e Nordeste, à exceção de Bahia e Pernambuco, para buscar apoio para a permanência de Vargas no poder, através da mudança do regime. Conforme o previsto, nos estados politicamente mais fracos, o sucesso da missão foi total. Ameaçados e acuados pelo governo federal, os governadores da Bahia e Pernambuco viviam uma situação de “intervenção branca”. Em São Paulo, enquanto as forças ligadas a Armando Sales, ex- governador e candidato à sucessão de Vargas, protestavam, o seu substituto, o governador Cardoso de Melo Neto, que vinha adotando uma política de gradativo alinhamento com o governo federal, terminou concordando com a proposta de mudança do regime. No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, destituído do comando da força militar estadual e totalmente assediado, renunciou ao governo no dia 17 de outubro e exilou-se no Uruguai. Apesar das tentativas da Assembléia Legislativa para garantir a continuidade do poder civil, a intervenção no Rio Grande do Sul foi decretada no dia 19 e o comandante da 3. Região Militar foi nomeado interventor.

Na manhã do dia 10 de novembro, o Congresso Nacional foi cercado por tropas militares e à noite, através do programa radiofônico *A Hora de Brasil*, Getúlio Vargas anunciou à população a mudança do regime. Poucos foram os protestos. Porém, a fraca reação ao golpe não significou necessariamente uma concordância. Ela foi resultado de um bem sucedido esquema de desarticulação dos focos de resistência. O golpe foi sendo preparado de forma lenta e gradual. Na verdade, quando o Estado Novo foi implantado, parte

Proclamação de Getúlio Vargas ao povo brasileiro

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: - na sua autoridade, dando-lhe instrumentos de poder real efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

Proclamação ao povo brasileiro, de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1945. v. p. 29-32.

expressiva dos que haviam participado da Revolução de 1930 já estava marginalizada do poder e os possíveis opositores do novo regime encontravam-se presos ou exilados. Sem dúvida, a ação de Vargas no sentido de garantir bases de sustentação para a implantação do regime ditatorial fora bem sucedida.

E se houve continuidade entre a Revolução de 1930 e o Estado Novo, também houve rupturas. O período situado entre os dois acontecimentos foi marcado por disputas de projetos e por um processo constante de depuração e realinhamento das elites civis e militares do país.

Manifesto de Armando de Sales Oliveira

Não é possível que o Exército e a Marinha fiquem indiferentes diante da injustiça que, com o amparo do seu nome, se comete contra esse povo. Marchávamos para as eleições, na mais bela das contendidas políticas. Dividia-se a opinião democrática em duas correntes poderosas, mas essa divisão, longe de enfraquecer, robusteceria o organismo nacional. À medida que se aproximava o pleito, as massas adquiriam aspectos cada vez mais vivos de boa saúde moral. As suas esperanças transformaram-se, entretanto, da noite para o dia, em lúgubres apreensões.

Generaliza-se a convicção de que não haverá eleições em 3 de janeiro. Multiplicam-se com engenho fértil os pretextos de não cumprir a obrigação constitucional. Na sombra em que os comunistas urdem seus planos de conquista, agem igualmente outros homens que, decretando por conta própria a falência da democracia brasileira nas vésperas do dia em que ela ia oferecer a prova insofismável de sua vitalidade, procuram converter os meios de extermínio, usados contra o bolchevismo, em armas de destruição do regime. (...)

A despeito dos atos notórios, que se precipitam para o desfecho fatal, eu ainda confio. Confio na palavra dos chefes militares, que assumiram compromissos de honra com a nação. Ao Exército e à Marinha cumprirá montar guarda às urnas e velar por que o país obtenha nelas um governo de autoridade – de irrecusável autoridade moral, ao qual darão depois o seu firme apoio, não só para a luta contra o comunismo, como para a obra de organização do Brasil.

Manifesto de Armando de Sales Oliveira, em 8 de novembro de 1937.
Apud Hélio Silva. *1937: todos os golpes se parecem*. O ciclo de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 586-589.

Referências Bibliográficas

BRANDI, Paulo. *Vargas. Da vida para a história*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1983.

CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso. As origens da República Sindicalista*. Ed. Rio Fundo, Rio de Janeiro, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política. 1930-1945*. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: Ed. UnB, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. Ed. Moderna, São Paulo, 1997.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Coord. Alzira Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão. 2 ed. rev. e atual. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2001, 5 v. il.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro; *Estado Novo: ideologia e poder*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

PANDOLFI, Dulce. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida (orgs). *O Brasil republicano*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, vol., 2.

PANDOLFI, Dulce e GRZYNSZPAN, Mário. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. UFPR, 1997, n. 9, p. 7- 23.